MULHERES DA UNIÃO EM LUTA!

NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE.

MULHERES DA UNIÃO EM LUTA!

NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE.

Realização:

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA SÃO PAULO

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR

Red Mujer y Hábitat América Latina y Caribe

EDIÇÃO 01

Realização
União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM)
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
Rede Mulher e Habitat América Latina e Caribe

Organização
Maria das Graças de Jesus Xavier

Colaboradores

SECRETARIA DAS MULHERES
Maria de Fátima dos Santos
Mariza Dutra Alves
Luana M. Cardoso

Evaniza Rodrigues
Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral
Aline Araújo
Victória Vicente
Vitória Moreno

Texto
Cleonice Dias dos Santos Hein
Debora Sanches

Revisão Texto
Aline Nassaralla Regino

Arte e diagramação
Juliana Souza Santos

Ilustrações Capa
Henrique Geddo

Apoio
Ford Fundation
Misereor
Fondo de Mujeres del Sur
Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura

União Nacional por Moradia Popular
Rua Conselheiro Furtado, 692, sala 3
Liberdade
CEP 01511-000 - São Paulo-SP
(11) 3667-2309
e-mail: mulheres.umm@gmail.com
www.sp.unmp.org.br
www.unmp.org.br
www.redmujer.org.ar
https://www.facebook.com/umm.sp.1
https://www.facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hein, Cleonice Dias dos Santos
Mulheres da união em luta : na construção do direito à cidade / Cleonice Dias dos Santos Hein, Debora Sanches ; organização Maria das Graças de Jesus Xavier ; ilustração Henrique Geddo , Juliana Souza. -- 1. ed. -- São Paulo : União dos Movim. de Moradia da Grande S.Paulo e Interiounião dos Movim. de Moradia da Grande S.Paulo e Interio, 2020.

1. Arquitetura 2. Habitação - Aspectos sociais 3. Habitação coletiva - Brasil 4. Moradias - São Paulo (Cidade) - Fotografias 5. Movimentos sociais - Brasil - São Paulo (SP) 6. Mulheres - São Paulo, Região Metropolitana - Condições sociais I. Sanches, Debora. II. Xavier, Maria das Graças de Jesus. III. Geddo, Henrique. IV. Souza, Juliana. V. Título.

20-51858 CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Condições sociais : Sociologia 305.42

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Mulheres
Moradia
Construindo o
Direito à Cidade
com Inclusão Social
UNIÃO
MORADIA POPULAR
A moradia é a
porta de entrada
para todos os
outres direitos!
MULHERES
E MORADIA
CONSTRUINDO O
DIREITO À CIDADE
UNIÃO
DOS MOVIMENTOS
DE MORADIA
SÃO PAULO
FORD FOUNDATION
MISEREOR

1987 2007
20 anos

LESTE1
MULHERES

UNIÃO
MORADIA
POPULAR
SÃO PAULO
Marcha das Margaridas
LULA
LIVRE

SUMÁRIO

06 APRESENTAÇÃO

08 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE LUTAS: UMM-SP

19 SECRETARIA DAS MULHERES DA MORADIA DA UMM-SP

29 Desafios e possibilidades

34 A Contribuição da UMM-SP e a autogestão para a Secretaria de Mulheres: as protagonistas e a construção da consciência de classe

39 TRAJETÓRIAS DE LUTA: A HISTÓRIA DE UMA É A HISTÓRIA DE MUITAS.

52 REFERÊNCIAS

53 COORDENAÇÃO UNMP E UMM-SP

APRESENTAÇÃO

Esta revista tem como principal objetivo divulgar, a partir da ótica das MULHERES dos Movimentos de Moradia, as contribuições para a conquista de cidades mais justas e igualitárias, por meio dos processos de autogestão e mutirão em projetos de Habitação de Interesse Social. A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) é um dos movimentos sociais de moradia mais antigos do Brasil - tendo seu início em meados da década de 1980; e, por meio da luta e conquista da moradia digna, contribuiu – e ainda contribui – para a formação política das mu-lheres. A moradia digna para trabalhadores e, em especial, trabalhadoras é prevista pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6, assim como o direito à cidade e o Movimento contribui na atuação de sujeitos históricos que batalham pela transformação e equidade do espaço urbano.

Quando as mulheres recebem as chaves e o contrato da moradia, estes passam a ter um outro significado, representam estabilidade e segurança para as mesmas e suas famílias. Os horizontes se ampliam em busca de novos conhecimentos e aprendizados, não só para si, mas para toda a comunidade, ou seja, pensar e agir para o COLETIVO.

As experiências de vida destas mulheres em conjunto com os aprendizados relacionados aos seus direitos e deveres – formação política e consciência crítica – anunciam que todo o processo coletivo, é essência de um processo sociopolítico que englobam a solidariedade para a conquista dos direitos, que consolidam a cidadania e, sobretudo, o empoderamento das mulheres por meio do aprendizado com os métodos autogestionários e dos diferentes movimentos de moradia ligados a UMM-SP; fortalecendo, deste modo, a sororidade, ou seja, a relação de ajuda mútua entre as mulheres.

A organização desta publicação foi coordenada pela Secretaria das Mulheres da UMM-SP e Rede Mulher e Habitat da America Latina e Caribe, com apoio e fomento da Fundação Ford, Misereor e Fondo de Mujeres del Sur. Participaram, também, professoras e alunas[1] do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e a Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura[2] formando, dessa maneira, a tríade - comunidade, universidade e técnicos – que partilha dos ensinamentos e métodos do educador e filósofo Paulo Freire, ressaltando a importância da troca de saberes.

A articulação e elaboração desta revista foi, portanto, realizada de forma coletiva e, a partir de diversas dinâmicas nos encontros e reuniões, decidiu-se destacar os temas ora abordados: ensaios sobre gênero, feminismo e as conquistas das mulheres na construção da política urbana e direito à cidade.

Esta história só pode ser contada por meio das narrativas[3] de doze participantes no Movimento, mulheres que são protagonistas desse processo e que compõe a Secretaria de Mulheres da UMM-SP: Julieta Abraão, Leila da Silva Bomfim; Lucimara do Rosário Santos; Maria Aparecida Tijiwa (Cida Tijiwa); Maria das Graças de Jesus Xavier (Graça Xavier); Maria de Fátima dos Santos (Fátima dos Santos); Maria dos Anjos Brás dos Santos (Maria dos Anjos); Mariza Dutra Alves (Mariza Dutra); Neuma Silva de Oliveira (Neuma Silva); Olga Luisa León de Quiroga (Olga Quiroga); Roseane Maria de Queiroz (Rose Queiroz); e, Vera Eunice da Silva (Verinha).

“A moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos.”

[1] A equipe foi composta pelas professoras Aline Nassaralla Regino, Débora Sanches; e graduandas Aline Araújo, Victória Vicente e Vitória Moreno.
[2] De forma mais específica e direta, contribuíram à revista as profissionais: Cleonice Dias dos Santos Hein; Juliana Santos e Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral.
[3]Estas narrativas foram extraídas de entrevistas e depoimentos concedidos por essas doze mulheres às autoras e colaboradoras dessa publicação durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2020.
*Todas as fotos utilizadas são do acervo da Ambiente Arquitetura e UMM-SP.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE LUTAS: UMM-SP

No processo histórico de construção das cidades, o Brasil tem sido palco de lutas e disputas pela terra, direito à cidade, moradia digna, melhores condições da vida e trabalho. Nas grandes cidades, a rápida expansão urbana a partir de 1950, fez com que grande parte da população de baixa renda se deslocasse para áreas afastadas do centro – onde se localizam os principais empregos e serviços –, muitas vezes, produzindo a autoconstrução em loteamentos irregulares, clandestinos e/ou em favelas que foram as diferentes situações encontradas pela população carente para a resolução provisória do problema da moradia.

Outro aspecto importante, nas décadas de 1960 e 1970, com aumento expressivo do crescimento populacional e a produção de massificados conjuntos habitacionais, marcados pelo não acompanhamento de políticas públicas adequadas, formaram-se áreas sem infraestrutura, serviços e com sérios problemas de mobilidade com transporte público ineficiente; cenário este que passou a refletir a degradação e diminuição da qualidade de vida de uma parte expressiva da população, historicamente menos favorecida.

Nesse âmbito, as décadas seguintes, entre 1970 e 1980, por intermédio dos crescentes movimentos contra a Ditadura Militar (1964-1985) e redemocratização do país, foram marcadas pela retomada das lutas que requeriam o acesso às melhorias urbanas, à moradia e a regularização de loteamentos.

Estas batalhas foram travadas especialmente pela população trabalhadora, uma vez que, historicamente, são vítimas de diversos tipos de violência. Essa colocação é reforçada na narrativa de Graça Xavier (2020, n.p.) destacado ao lado.

Nas áreas centrais, as pautas das reivindicações estavam ligadas aos moradores de cortiços que eram contra: as altas taxas de luz e água, os despejos sem aviso prévio, os abusos dos intermediários e sobretudo, pelo direito de permanência em regiões dotadas dos serviços, e principalmente, do emprego e da subsistência.

Na lógica capitalista e patriarcal, baseada na competição, produção sem limites e acumulação de riquezas são estimulados ao individualismo e a não se organizarem pelos interesses coletivos da população. Ainda neste sentido, as respostas do Estado para garantir os direitos da população são autoritárias e insuficientes, mas, por outro lado, os movimentos sociais de moradia, buscam difundir a luta pela transformação social. As Pastorais da Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), tiveram papel um importante na formação política que incitaram os debates que envolviam a política econômica do País.

Assim, estes movimentos que surgem a partir das CEBs, propagam e produzem, por meio da organização e formação política, identidade entre os envolvidos por intermédio da ideia

Na década de 80, ocorreram diversas ocupações de terras no município de São Paulo causadas pelo grande índice de pessoas desempregadas ou que tiveram seus salários reduzidos e que por essa razão não tinham condições de pagarem aluguel, a única saída que encontraram foram as ocupações espontâneas, assim sendo, sem nenhum tipo de organização. Nesta época já existiam as pastorais de favelas que se reuniam em busca de redução das taxas mínimas: água/luz por urbanização e regularização, foi durante esse mesmo período que houve a unificação de padres, seminaristas, freiras e leigos em busca de auxiliarem esse grupo para que não fossem apenas ocupadores de terras, mas que pudessem ter formação para lutarem e mais adiante se tornassem donos delas.

de coletivo, estimulando: a luta pela terra; o direito de participação popular nas tomadas de decisões do território vivido; o direito à cidade e à moradia digna; e, a busca constante por melhores condições de vida e trabalho. Todas essas incessantes batalhas sinalizam a possibilidade de transformar as condições de desigualdade, instigando a sociedade civil a buscar alternativas que impliquem na gestão do espaço social e autogestão das cidades e dos territórios.

Historicamente, processos semelhantes estavam em curso em muitos países, nas décadas de 1960 e 1970, como as experiências práticas na Argentina, Egito, Perú, México, Portugal (SAAL) e as cooperativas do Uruguai, que são alguns exemplos de como a população mediante a necessidade de acesso à moradia digna, se organiza com o objetivo de satisfazer essa necessidade de forma coletiva, participativa, com qualidade e baixo custo. É importante ressaltar que a autogestão está conectada aos princípios de democracia, cidadania, autonomia, igualdade e justiça social, aspectos políticos que envolvem as diferentes relações sociais na sociedade.

Desse modo, na procura por novas alternativas e visando contribuir para um processo de participação efetiva, os movimentos sociais de moradia, brasileiros, articularam-se com cooperativas uruguaias, com vistas à troca de experiências, pois desde 1968, se constituíram como possibilidade diferenciada na produção habitacional, por meio da população organizada em associações, conforme aponta Cida Tijiwa (2020, n.p.) na narrativa abaixo.

Com as ocupações realizadas na região leste e sul de São Paulo, entre 1984 e 1985, durante o governo Montoro, surgem as primeiras discussões sobre construção em mutirão. Várias manifestações são realizadas no Palácio dos Bandeirantes e na Secretaria Estadual de Habitação reivindicando verbas para construção de moradia popular em sistema de mutirão e autogestão. No final do governo Montoro, as primeiras discussões sobre construção em mutirão (experiências já bem-sucedidas no Uruguai vivenciadas pelo arquiteto Leonardo Pessina e trazidas por ele para o Brasil). As lideranças de ocupação da UMM resolveram reivindicar do poder público municipal e estadual, recursos para essa nova experiência de autogestão, culminando com um acordo assinado publicamente na região de São Miguel Paulista pelo próprio governador e divulgado pela imprensa.

Em 1987, foi formada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) que parte destas experiências de Cooperativas uruguaias, indicadas por Cida Tijiwa, com o objetivo de Lutar pelo Direito à Moradia, Reforma Urbana e Autogestão, constituindo uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos informais, organizada por regiões: Norte, Leste[4] , Oeste, Centro e Sudeste em âmbito municipal; na esfera estadual é composta por regiões e macrorregiões como: Campinas, Baixada Santista, Ribeirão Preto, Sudoeste e ABC. Lucimara do Rosário (2020, n.p.) relata uma experiência que influenciou a UMM-SP.

A UMM sempre foi buscar conhecimento, a primeira experiência da autogestão foi no Uruguai, porque pra nós era uma novidade e aí descobrimos que uma obra gerenciada pelos mutirantes com a autogestão ficaria mais barato e que ganharíamos na quantidade e qualidade. E as mulheres foram se formando, sendo ótimas administradoras junto com os homens.

Vale lembrar que com a redemocratização do país, ocorrida em 1985, a retomada dos ideais da Reforma Urbana se estabelece com a articulação de diversos atores, entre os quais se destacam: sociedade civil organizada em movimentos sociais, entidades, ONGs e instituições de pesquisa. Estas últimas apresentam ao Congresso Nacional, em 1987 pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), uma emenda de iniciativa popular com propostas renovadoras para a política urbana, habitacional e fundiária, além dos direitos do cidadão - proposições estas que foram incluídas na nova Constituição Federal, aprovada em outubro de 1988.

É importante destacar que a UMM-SP contribuiu com a organização, articulação e fortalecimento dos movimentos de moradia do Estado de São Paulo. Além disso, reafirma-se que o Movimento defende o direito à moradia, à cidade e à participação popular nas políticas públicas, por meio da proposta autogestionária e, desde sua fundação, mobiliza grupos e estimula o surgimento de novas lideranças pelo País. Cida Tijiwa e Lucimara do Rosário narram, a seguir, fatos que colaboram para o entendimento desse relevante momento histórico.

[a UMM-SP] surgiu a partir do trabalho de um grupo de padres da região leste de São Paulo, (Padre Ticão de Itaquera, Padre Guilherme e Padre Domingos) interessados em realizar um trabalho social mais abrangente junto às favelas e de um grupo de lideranças, a partir das ocupações de terra, de São Paulo e do ABC (Diadema, São Bernardo e Santo André), em meados dos anos 1980, que aconteceram em São Paulo. Começou-se a discutir uma proposta habitacional, com cadastramento de famílias em várias regiões da cidade. Assembleias foram realizadas mensalmente no Centro Pastoral Belém, essas lideranças eram convocadas através das missas (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p.).

[4] Em regiões mais extensas, como a leste, foi dividida em duas: leste 01 e leste 02.

No ano de 1986, há 34 anos, eu morava num cortiço no Carrão quando fui convidada para participar de uma reunião, para ter uma casa própria... juro que não acreditei, mas fui só ver se era verdade. Depois de várias reuniões o grupo foi crescendo, aí percebemos que o grupo teria que ter um nome, então passou a se chamar Movimento Sem Terra Leste 1. Neste momento já tinha a leste 2 que também discutia a questão da moradia para famílias de baixa renda. Quando percebemos já existiam várias regiões discutindo as mesmas ideias de moradia, por exemplo: Sudeste, Oeste, Sul, e também M.D.F para a questão das favelas. Quando nasceu a UMM-SP para fazer uma discussão unificada, nos três poderes, aí junto com a união tivemos várias atividades: ocupações, atos, e também fizemos uma grande coleta de assinaturas para um projeto de moradia popular (depoimento de Lucimara do Rosário, 2020, n.p.).

Uma das primeiras conquistas da UMM-SP ocorreu nas interações com as políticas públicas da cidade de São Paulo, trocas estas que se basearam em seus princípios e objetivos, a partir de 1989, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), com a criação do Programa FUNAPS Comunitário, que foi o primeiro programa público estruturado para apoiar a autogestão. A participação nesse processo foi um marco histórico, pois colaborou para a realização de experiências positivas de mutirões com autogestão e estendeu-se no âmbito nacional. Fato este que demonstrou força política e um grande marco ao serem pioneiros nesses processos de construções por moradia com a participação da população e no desenho de políticas públicas habitacionais.

[...] um marco fundamental na luta da UMM, uma vez que a proposta de mutirão e autogestão foi finalmente reconhecida pelo Governo do Estado, diante das experiências bem-sucedidas do FUNAPS Comunitário no município de São Paulo (Governo Luiza Erundina) e PROHAP Comunitário em âmbito Federal, em Diadema e São Bernardo no ABCD (Governo Sarney). Ressalta-se que em Diadema foi construído o primeiro prédio em mutirão e autogestão do país com recursos do Governo Federal seguindo o modelo do Uruguai (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p.).

Os movimentos sociais de moradia se fortaleceram com a experiência promovida pela gestão pública, ganhando capacidade de articulação e aprendizado técnico em especial por sua relação direta com as Assessorias Técnicas, que elaboram os projetos técnicos e realizam, também, o trabalho social com as famílias.

Esta mesma proposta foi levada pela UMM para o Governo Federal, nas Caravanas da Moradia a Brasília, desde a década de 1980. No entanto, a autogestão na produção habitacional só se transformou em política pública federal nos governos Lula e Dilma (2003 a 2016), com os Programas Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida Entidades.

A UMM-SP contribuiu ainda para a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) que se consolidou, em 1989, após a articulação dos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Minas Gerais no processo de coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Lei 11.124/2005)[5]. No âmbito nacional, as articulações estendem-se também à UNMP e CMP (Central de Movimentos Populares), fornecendo apoio logístico e construindo uma articulação que, atualmente, atinge 23 estados brasileiros. Desde então, os representantes organizam-se dentro do Estado, participam, por meio de seus representantes, da coordenação nacional do Movimento, e das articulações interestaduais, em especial, dos Encontros Nacionais realizados a cada três anos.

Membro de organizações internacionais como a Habitat Internacional Coalition (HIC) e Rede Mulher e Habitat da América Latina e Caribe, a UMM-SP é um dos movimentos fundadores da Secretaria Latino-Americana de la Vivienda Popular. A nível nacional, também participaram da construção do Fórum Nacional de Reforma Urbana e do BR Cidades. Além de atuar na produção de moradias populares com participação das famílias de diversas regiões da cidade de São Paulo, também está presente nos espaços de participação e controle sociais institucionalizados como, por exemplo, o Conselho Nacional das Cidades; Conferências das Cidades (2003 a 2017); Conselho Municipal de Habitação de São Paulo; Conselho Municipal de Política Urbana; Conselho de Políticas Públicas para as Mulheres; e, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE).

A sede da UMM-SP localiza-se no bairro da Liberdade, em São Paulo/SP, onde ocorrem reuniões semanais com os representantes dos movimentos regionais filiados. Além disso,

realiza encontros estaduais a cada três anos, ocasiões em que ocorrem atividades como, por exemplo, a eleição de representantes da coordenação executiva; avaliação das atividades realizadas; elaboração de novas propostas de atuação; e, organização do Movimento.

Durante os Encontros – regionais, estaduais e nacionais –, o Movimento articula discussões relacionadas com a questão urbana do País e conta com o apoio das famílias participantes, das coordenações das associações, dos profissionais do Movimento e pesquisadores de diversas universidades, assim como, com parceiros do Movimento que muito tem a contribuir no estímulo ao pensamento crítico acerca da política urbana.

A luta pela moradia tem sua forma de atuação direcionada à construção por meio de mutirão autogerido, pois esta possibilita incidir nos modos de produção e no processo como um todo. Nesse sentido, a proposta do Movimento é realizar atividades que não se igualem às ações de tutela e controle do Estado.

É interessante para o Movimento contar com o apoio de profissionais que atuem com práticas inovadoras e diferentes daquelas que expropriam o trabalho. Outro dado importante, que merece destaque e atenção, refere-se à participação das MULHERES nas ações, pois são a maioria nos espaços da UMM-SP, representando 80% do número de participantes.

[5] Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

[6] A Habitat Internacional Coalition América Latina (HIC-AL) reúne mais de cem organizações, de dezenove países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com o objetivo de criar alianças com membros que realizam articulações, que tenham capacidade propositiva, além de fortalecer as iniciativas populares que promovam a defesa do direito à terra, habitação e cidade, em especial aos que trabalham na produção e gestão coletiva de moradia e, principalmente, incidir nas políticas públicas de habitação.

Mulheres militantes, como por exemplo, Evaniza Rodrigues que contribui de forma direta à construção de propostas para Política Urbana e na luta pelo direito à cidade. São as mulheres que colaboram nos espaços de formação, conforme destaca Cida Tijiwa (2020, n.p.):

No processo de construção de uma política habitacional de autogestão e lutas da UMM, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental, assim como em outros segmentos da sociedade. Ressalto os nomes deste início de organização, da Adriana Palumbo, jornalista, coordenadora da UMM pela região sudeste, que com Nelson Baltrusis tratavam da comunicação da entidade, responsável pelo jornal mensal da União, que era impresso pelo Pe. Tição. Também teve papel importante nas discussões e avanço da UMM nesse período, Marcia Accorsi Pereira, técnica da [Assessoria Técnica] FASE, lado de Flavio Rodrigues da Silva, coordenador da FASE. Também como suporte técnico tivemos a ajuda de Ana Amélia da Silva, técnica do Instituto Polis juntamente com Nelson Saule.

Destaca-se, ainda, um outro aspecto relevante do Movimento que está pautado na viabilização de recursos por meio de projetos que possibilitem a elaboração de materiais e cursos para capacitar lideranças em âmbito nacional e, nesse processo, conta com o apoio e participação de profissionais das Assessorias Técnicas e, também, professores e alunos de diferentes Universidades.

Os cursos oferecidos possibilitam aos envolvidos debater temas que envolvem a autogestão e políticas públicas, ou seja, por meio de debates do direito à Reforma Urbana, autogestão nos processos de produção, direito à moradia, direito à cidade e cidadania, a UMM-SP estimula o desenvolvimento das famílias nas discussões dos demais direitos, tais como: de idosos, ao transporte, da juventude, crianças. Compõe este escopo temáticas relacionadas com as questões de gênero, saúde, educação, dentre outros. São criados espaços de cursos, seminários, conferências e oficinas como metodologia de trabalho.

Uma das propostas de organização da UMM-SP, reproduzida pelos movimentos filiados, são os espaços de tomada de decisão coletiva, como nas de assembleias gerais com as famílias como maior órgão de discussões e decisões coletivas. Estes movimentos filiados, em sua maioria, objetivam trabalhar na mesma dinâmica de organização. Ao chegar à associação, as famílias são orientadas acerca do funcionamento das atividades e convidadas a comparecer em datas específicas quando, dentro de cada movimento, são apresentados o histórico, os objetivos, as dificuldades, pautas de lutas e conquistas.

A proposta é que as famílias interessadas em participar inscrevam-se nos grupos de base, que realizam reuniões mensais ou quinzenais, dependendo da organização dos movimentos, para proporcionar a formação política, no sentido de organização da sociedade como um todo, estimular o pensamento crítico, para que as ações, pautas de lutas, mobilizações e para que a participação nas ações coletivas seja consciente.

O Movimento atua, também, no estímulo à compreensão da realidade, a partir de experiências concretas de como a participação é um processo de aprendizado coletivo que se contrapõe às

ideias que criminalizam as trabalhadoras e trabalhadores. Em paralelo, os representantes articulam-se com o poder público para atendimento das famílias em programas de Habitação de Interesse Social. Considera-se fundamental, para os objetivos dos movimentos, possibilitar moradia digna para os que dela necessitam.

As contribuições da UMM-SP para a elaboração de propostas como estratégia de enfrentamento aos problemas da questão urbana são identificadas nas três esferas de governo, porém, vale destacar que uma das alternativas do Movimento é mobilizar a população, ter o controle social nos modos de produção, e não ser alternativa para programas habitacionais feitos de acordo com os interesses de mercado.

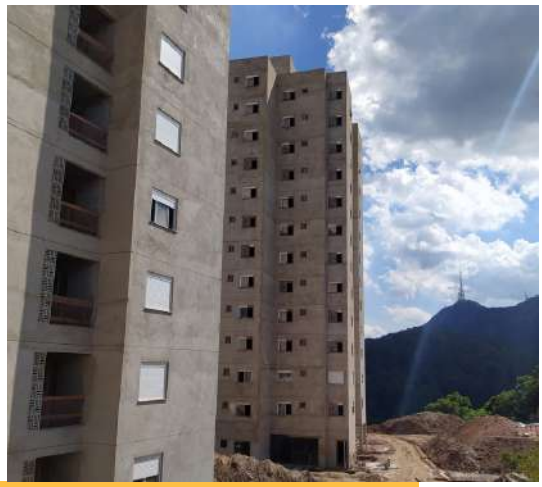
Apesar dos limites encontrados para a participação autônoma dos movimentos, a autogestão, no processo de construção de moradias, é forte ferramenta, já que as famílias, ao participarem do planejamento e da construção de sua moradia; ao tomarem decisões acerca do uso dos recursos; ao gerirem as ações do empreendimento; ao escolher os profissionais que vão trabalhar com elas; ao participarem de decisões coletivas; estão exercendo seu direito como cidadão, ao mesmo tempo em que recebem informações e outros elementos que podem estimular o pensamento coletivo e democrático.

Na sequência, apresenta-se a conquista da Moradia Digna pela UMM-SP, realizada por autogestão com mutirão em programas financiados por recursos públicos, com a participação efetiva das famílias nas tomadas de decisões com apoio das assessorias técnicas, universidades e, sobretudo, com trabalho social, contribuindo com à organização existente e na formação política dos participantes. A mulher tem papel de destaque em todas as etapas do processo de viabilização, desde os projetos até na coordenação das obras. Nas imagens, na próxima página, são ressaltados doze principais projetos construídos.

01

03

04



05

07

08

01- Projeto Marisa Leticia - Maria dos Anjos.

02- Projeto Paulo Freire - Rose Queiroz.

03- Projeto Jardim Celeste - Fátima dos Santos.

04- Projeto São Francisco - Lucimara do Rosário

05- Projeto Alexios Jafet - Verinha.

06- Projeto Unidos Venceremos - Mariza Dutra.

02

09

10

06

11

12

07- Projeto Jardim Celeste - Graça Xavier.

08- Projeto Barra do Jacaré - Julieta Abrãao.

09- Projeto Jardim Celeste - Olga Quiroga.

10- Projeto Alexios Jafet - Leila Bomfim.

11- Projeto Fernão Sales - Neuma Silva.

12- Projeto Gema - Cida Tijwa

Ato em Defesa da
Moradia Popular
UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR

SECRETARIA DAS MULHERES DA MORADIA DA UMM-SP

Historicamente, as mulheres de menor renda e moradoras de bairros distantes da área central, em especial, aquelas que vivem em situação de aluguel ou sem moradia, sofrem com seus filhos, com a falta de equipamentos públicos, serviços e transportes de qualidade nas cidades brasileiras. Suas condições socioeconômicas são direcionadas, na sua maioria, aos trabalhos informais com salários inferiores ao dos homens e, muitas vezes, o local de moradia as exclui da "cidade" em relação à qualidade de vida urbana com os deslocamentos diários, somados às jornadas de trabalho, responsabilidade pela manutenção de trabalhos domésticos e cuidados com a família – esta "tripla jornada", de forma geral, sobrecarrega o dia-a-dia dessas mulheres.

Adiciona-se às questões citadas acima a ideologia machista – tão arraigada na cultura brasileira –, esta, por sua vez, confere poder aos homens para cometerem violência contra a mulher quando estas não estão dentro dos padrões defendidos pelo patriarcalismo. Neste sentido, existem violações dos direitos das mulheres, e na questão da moradia não é diferente. Ainda na história recente do Brasil, mesmo que a mulher contribuísse para a conquista da moradia, eram os homens que tinham a posse, e, muitas vezes, colocavam as mulheres para fora de casa com seus filhos.

Neste contexto encontram-se as mulheres participantes da UMM-SP e que, no processo de construir sua moradia por autogestão e mutirão, se fortalecem no sentido de consciência crítica e avançam nas lutas em prol do direito das trabalhadoras. São caminhos permeados por desafios e possibilidades, carregados de enfrentamentos colocados em seus cotidianos. São mulheres cujas trajetórias foram marcadas pela violência de diversos tipos e violação de seus direitos.

> "São caminhos permeados por desafios e possibilidades"

É possível, e necessário, criar um outro caminho que promova a equidade na cidade, bem como o equilíbrio dos direitos de cidadania, por meio de um movimento integrador que considere a questão de gênero, das minorias e, sobretudo, a perspectiva feminista. Desta forma, o debate sobre gênero instrumentalizou a luta das mulheres na busca pela igualdade e no enfrentamento à cultura machista e patriarcal, culturas estas que marcam a sociedade na contemporaneidade, nos mais diversos países, como apontam os depoimentos das mulheres da UMM-SP e UNMP.

O feminismo é um processo histórico, que caminha com a história da humanidade e que vem evoluindo com a tomada de posição através da articulação nacional e internacional de movimentos de mulheres que através de suas experiências específicas, somam-se a outras e vão acumulando dados que são socializados e sistematizados para um avanço da luta de igualdade entre homens e mulheres nos seus direitos fundamentais e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras por um mundo mais humano, justo e fraterno (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p.).

Por meio da luta pela moradia, essas mulheres buscam alternativas e organização política. Uma de suas propostas, em relação a moradia digna é, por exemplo, que nos programas habitacionais 5% das unidades sejam destinadas à mulheres que sofreram violência, como explica Graça Xavier (2020, n.p.) em seu depoimento.

Em todos os programas de moradias construídos pelo Poder Público, lutamos para atender com no mínimo 5% das unidades destinadas para mulheres vítimas de violência doméstica com risco de morte. É um tema amplamente debatido em todas as conferências, onde conseguimos aprovação nas municipais e estaduais. Com isso ampliamos a visibilidade através da coordenação da UNMP e conseguimos aprovar como plataforma na Conferência Nacional da cidade e como plano de meta na Conferência Nacional de Mulheres. Essa foi uma de nossas primeiras conquistas da mulher e moradia.

Olga Quiroga (2020, n.p.) relembra a importância da luta das mulheres pelo direito às creches nas áreas periféricas, além da Reforma Urbana, nas décadas de 1970 e 1980. Naquele período, sobretudo, com o empobrecimento das famílias e aumento das necessidades financeiras, as mulheres se organizaram para protestar pela construção de creches públicas, pois o patriarcalismo defendia – e ainda defende – a premissa de que a responsabilidade com o cuidado dos filhos, foi e ainda é realizada, exclusivamente, por meio das mulheres.

A cultura machista, presente em nossa sociedade até os dias de hoje, coloca obstáculos para a participação e organização das mulheres, tentando dominá-las no conjunto de representações de suas relações com a cidade, muitas vezes encurralando seu comportamento e seus corpos nos espaços privados. Fátima dos Santos (2020, n.p.) destaca como a sua participação no Movimento de Moradia foi importante e decisivo em sua vida.

A primeira foi minha separação do pai de minha filha, que não queria que eu participasse das reuniões, dizendo que eu estava indo atrás de "macho". Eu decidi, então, que, entre a possibilidade de ter minha casa ou continuar com quem nem sustentava a própria filha, eu escolhia a luta por moradia [...]. A participação em atos, manifestações, ocupações (às vezes sofrendo agressões de GCM ou tropa de choque); muitas vezes, tendo que passar a noite acampada em frente da prefeitura e ir dali direto para o trabalho, causava faltas e atrasos no serviço, descontos no salário e, consequentemente, demissões [...]. No começo da luta, perdi o primeiro emprego por ter saído para assinar documentos da associação. E assim foi o segundo, o terceiro. No quarto, meu patrão me tratava por "sem teto". Foram seis anos sem conseguir um emprego que me garantisse um sustento mais seguro para minha filha.

Nesta perspectiva, a luta pela moradia é fundamental para as mulheres, pois garante a proteção de seus filhos e familiares; porém, durante o processo, muitas vezes, ocorrem violações de seus direitos e essas lutadoras são ameaçadas por diversos fatores

como: ações de despejos, reintegração de posse, violência nas relações de pagamento do aluguel, entre outras. A resistência se dá na luta pela produção do espaço de uma cidade mais justa e igualitária.

Nos espaços da UMM-SP destaca-se a presença predominantemente de lideranças femininas que marcam, sobretudo, a busca pelo lar – espaço este que gere uma sensação de segurança e pertencimento, além da possibilidade, emocional e financeira, de cuidar de sua família.

Apresentamos, a seguir, trechos das histórias de vida de algumas dessas mulheres-mães-avós-trabalhadoras-chefes de família e militantes por meio de depoimentos que ressaltam e marcam suas trajetórias dentro do Movimento.

A maioria das famílias eram formadas por mulheres, inclusive na coordenação. Naquela época eu já tinha muito gosto de tocar obra e projetos, pois meu pai sempre trabalhou em obras. Depois dessa experiência que foi a primeira com a CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo] já coordenei várias obras tanto pela Prefeitura Municipal de São Paulo e pelo Governo Federal (já acompanhei 17 projetos) é claro que hoje fazemos mais autogestão com as famílias (depoimento de Verinha, 2020, n.p).

A participação das mulheres no processo de mutirão com autogestão nos movimentos de moradia serve de estímulo porque elas vêm pela necessidade de adquirir sua casa, e o Movimento oferece elementos e instrumentos a partir das formações sobre nossos direitos, a vida, a liberdade e a igualdade; contribuindo para esta transformação de vida e reconhecimento quanto mulher (depoimento de Rose Queiroz, 2020, n.p).

São maiorias mães chefes de famílias, avós, trabalhadoras e militantes. Conquistamos importantes espaços: na paridade dos Conselhos, na titularidade da moradia, enfim na Luta em Defesa do Campo e da Cidade. (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p)

É possível notar nos depoimentos que, mesmo sendo a maioria de mulheres nos espaços da UMM-SP e até no acompanhamento das obras, a coordenação desses espaços, por muito tempo, foi marcada pelos homens e por preconceitos, determinados socialmente, em relação à capacidade das mulheres em desenvolver papeis importantes nos diferentes espaços. Ao narrar sobre como aconteceu sua chegada nos espaços da UMM-SP, algumas mulheres relatam:

No começo foi difícil, pois a equipe era dominada por homens que queriam as coisas feitas do seu jeito. Tive que enfrentar muita coisa para que o projeto acontecesse [...]. Tive muito medo e insegurança em tomar decisões, mas enfrentei os medos e com as mulheres do meu lado, aos poucos fui conquistando autoconfiança e alcançando também a confiança de toda a equipe. [...] teve muita briga para os homens entenderem, que por ser mulher e pela falta de experiência em administração, eu não estava ali só para receber ordens e obedecer (depoimento de Fátima dos Santos, 2020, n.p.).

[...] no começo meus pais não entendiam e até eram contra a minha participação no Movimento, atos e passeatas. Ocupação nem pensar. Tive que enfrentar os preconceitos familiares e da vizinhança que aos poucos meus pais entenderam e hoje são defensores do Movimento (depoimento de Verinha 2020, n.p.).

Como mulher tive dificuldade de vir acompanhar as reformas, o projeto e poder opinar. Como mulher, por vez, precisei me impor, mas, o amparo do Movimento também fortaleceu e trouxe respaldo junto aos órgãos técnicos durante a reforma e negociação (depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p.).

[...] precisei de enfrentar o preconceito de ser Mulher, chefe de família e diarista [...]. Fui convidada para ser contratada para coordenar o Mutirão, porém precisei ir em uma Assembleia falar o porquê eu queria esta vaga, e ao mesmo tempo se teria capacidade de administrar uma obra, de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), chegou nesta situação, porque uma pessoa do sexo masculino, achou que eu não teria competência (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p.).

Foi difícil porque alguns homens não entendiam o porquê das mulheres na obra (depoimento de Lucimara do Rosário, 2020, n.p.).

Primeiro você precisa provar para as famílias que é capaz, no início foi bem difícil, e quando as indagações vinham de homens, sempre em tom mais alto, tentando nos intimidar, nestes momentos temos que ter firmeza [...]. Também você percebe a diferença vinda dos fornecedores, eles estão acostumados a negociar com homens, já na Barra do Jacaré, tem que negociar com mulher (depoimento de Julieta Abrãao, 2020, n.p.).

Nós mulheres, sempre fomos maioria no Movimento de Moradia, mas a tomada de decisão sempre foi coletiva, discutíamos o assunto e logo resolvíamos. Em relação aos homens, houve um fato marcante: Quando nós mulheres, que éramos a maioria, decidimos trabalhar para ter a titularidade do imóvel, os homens não gostaram do tema e foi discutido por muito tempo, foi difícil convencê-los (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p.).

O cotidiano das mulheres, historicamente, apresenta e retrata uma realidade repleta de preconceitos e de estereótipos velados pelo interesse da classe dominante, ou seja, interesse em que existam categorias sociais discriminadas, como, por exemplo, raça, gênero e lugar social, pois quanto mais discriminação houver de determinada categoria social, mais fácil esta se subordinará a trabalhar em más condições e por baixos salários.

Por esta razão, é importante que exista e se estimule a possibilidade de organização política das mulheres, bem como a sua formação no sentido de compreender para transformar. Ou seja, compreender a realidade tal qual ela é, para assim poder mudar os conceitos e práticas conservadoras impostos por uma cultura machista e patriarcal que ainda predomina e, por vezes, parece se reafirmar constantemente, na sociedade contemporânea.

As mulheres podem se comprometer com aquilo que apreendem. Nesse sentido, participar dos espaços da UMM-SP possibilita o olhar crítico para a realidade, as contradições passam a ser desvendadas no cotidiano das mulheres que realizam questionamentos reflexivos e, a partir disso, buscam os enfrentamentos.

Naquela época tinha mais homem do que mulher na direção, mas a gente ia conquistando aos poucos nosso espaço (depoimento de Maria dos Anjos, 2020, n.p.).

Se éramos a maioria, por que os cargos de direção eram sempre ocupados pelos homens? Por que, apesar de sermos maioria, eram os homens que participavam das audiências com governadores e prefeitos? Por que as mulheres eram direcionadas para cargos de secretaria, executando apenas esse papel e não podendo participar do diálogo de forma ativa? Não podendo expor seus pontos de vista, esses eram impostos apenas pelos homens isso sempre foi algo que me incomodava muito (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p.).

Comecei a me perguntar por que em todos os movimentos a presença da mulher era mais participativa do que as dos homens? Por que na coordenação a maioria eram Mulheres, mas quem decidia eram os homens? (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p.).

De acordo com o depoimento de Graça Xavier (2020, n.p.), transcrito abaixo, algo precisaria ser feito para modificar aquela situação. A partir de suas reflexões críticas somadas aos questionamentos de várias integrantes, atuou na região do Ipiranga composta por dez bairros, localizado na região sudeste de São Paulo, para mobilizar mulheres no sentido de se organizarem politicamente, discutirem questões como a violência doméstica e outros assuntos considerados como tabus.

A partir da experiência da região sudeste que realizou curso de formação com 200 famílias, a partir de um plano estratégico, para que as construções de moradias não fossem paralisadas e, também, para que as pessoas não percebessem que nosso principal objetivo era defender as mulheres, possibilitando que construíssem suas casas, mas sabendo se defender de seus agressores. As construções ocorriam somente aos finais de semana e feriados, fora esses dias as mulheres estavam completamente a mercê de seus agressores.

Em 1999, Graça Xavier contribuiu para a fundação do Setorial de Mulheres da UMM-SP; e logo depois, em meados dos anos 2000, as participantes do Movimento alteraram o nome para Secretaria de Mulheres da UMM-SP. O objetivo da Secretaria é "promover a igualdade entre homens e mulheres, combater o preconceito, a discriminação, contribuir para o empoderamento das mulheres, lutar por políticas públicas especificas e ações sociais de combate à violência doméstica" (depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p.).

Por iniciativa da Graça Xavier que nos convidou para irmos nas regiões para organizar as mulheres, para formar uma frente de luta pelos direitos das mulheres. O trabalho foi desenvolvido com muitas dificuldades e minúcias diante do machismo na nossa sociedade. Mesmo diante de todas as dificuldades , os encontros continuaram de região em região, disseminando consciência política, formando-se o "grupo de mulheres" que ao longo do tempo transformou-se em "setorial de mulheres", evoluindo para a "secretaria de mulheres". A secretaria de mulheres da UMM é composta por 2 secretárias nacionais, 2 estaduais e as demais companheiras. Não há um número exato, pois a secretaria está sempre de braços abertos para todas as mulheres. A secretaria realiza várias atividades como: debates, seminários, conselhos, encontros de formações, rodas de conversa com temas como: a violência contra a mulher, o direito a cidade, etc. Dentro da secretaria nacional, podemos destacar, a secretária Graça Xavier por nos representar na Rede Mulher e Hábitat da América Latina e Caribe (depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p).

Em meados dos anos 2000, foi realizado o Encontro Estadual na Baixada Santista, no qual houve a deliberação e aprovação da mudança do nome de Setorial para Secretaria de Mulheres da UMM-SP, com a missão de articular e mobilizar cursos de formação e conscientização do papel da mulher na sociedade, em especial, voltados à temática: "Mulher e moradia [...] iniciamos os cursos cujo tema era: "Autoconhecimento do corpo" que no caso era utilizada na Campanha de Luta contra o Câncer para que assim fosse possível ser debatida a questão da violência [...]. Com a adesão das mulheres que passaram a compreender o propósito da formação política, conseguimos ampliar a formação não apenas no grupo da Região Sudeste, mas levar para dentro da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo [...]. Foi através dessa articulação que criamos o Setorial de Mulheres da UMM-SP representadas por Movimento de Moradia da Região Sudeste, Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento de Moradia da Zona Norte tendo como representantes: Maria das Graças de Jesus Xavier; Neuma Silva; Eliana Alencar Lima e Maria Izilda Camilo. Na época, fizemos uma parceria com a SOF (Organização Sempre Viva Feminista), pelo qual realizávamos uma vez por semana cursos de formação com os temas pré-estabelecidos pelas participantes em regiões diversificadas (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p)

Em relação à composição da Secretaria de Mulheres, além das doze mulheres que contribuíram para as reflexões e narrativas que integram essa Revista, participam de forma mais direta as seguintes representantes:

Alessandra Aparecida Alves Dos Santos
Alexandra Silva
Amália Penides Da Silva
Angelica Roque Da Silva
Bernadita Jovina Pérez Quezada
Carolina Dos Reis Santana Martins
Cássia Marques Dos Anjos.
Cristiane Gomes Lima
Elenice Dos Santos
Francisca Lima Almeida
Ivane Simão Florêncio
Juscilene Sena Dos Santos
Leila Pereira Dos Santos
Lúcia Maria De Sousa Gomes
Luiza Da Silva Barbosa Lemes
Márcia Aparecida Silva Falcão Teles
Maria Aparecida Da Silva
Maria Aparecida De Mattos
Maria Barbosa Rocha Rastele
Maria Conceição Apulinaria Guimaraes
Maria Jacinta Da Corte
Maria Margarida Da Silva Souza
Marilene Ribeiro De Souza
Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar De Souza
Mônica Fátima Ziliani
Neide Duque Silva
Samara Margareth Conceição Faustino
Severina Ramos Do Amaral Da Silva
Sheila Cristiane Santos Nobre
Sonia Maria Da Silva
Tatiana Cristina De Oliveira
Telma Da Silva Pinho
Terezinha Feitosa
Vera Lucia Dias Padilha
Vera Lucia Maurício De Lima
Vitoria Regina Lima Ramos

É composta por mulheres do Movimento de moradia, filiados a UMM-SP, das cinco macrorregiões de São Paulo, pois cada movimento tem sua Secretaria, de acordo com o número de mulheres no Movimento. Ainda estamos nos estruturando, temos tesoureira sim, para controlar o que conseguimos obter por doações, bingo e bazar, para nossos gastos internos (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p).]

A Secretaria tem coordenadoria, secretaria, finanças e coordenação dos municípios filiados à UMM. As decisões são tomadas coletivamente através dos encontros municipais, estaduais e nacionais (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p)

LULA LIVRE

BEM VIVER

UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR

Mulheres
e Moradia
Construindo o
Direito à Cidade

Eu apoio!

LESTE-1

mulheres

Mulheres
e Moradia
Construindo o

Em 2008, no avanço coletivo das ações das mulheres da UMM-SP, foi criada a Secretaria Nacional das Mulheres da UNMP, durante o Encontro Nacional realizado em Goiás. Nesse encontro, além da necessidade e conquista da criação da Secretaria em âmbito nacional, mulheres protagonistas das lutas que residem em diversos estados do País, passaram a fazer parte da organização e coordenação deste espaço. Em Goiás, foram eleitas Simone Inocêncio Teixeira e Maria das Graças de Jesus Xavier, que ficaram responsáveis pela coordenação nacional da recém-criada secretaria.

O objetivo da Secretaria Nacional das Mulheres, além de agregar os objetivos da Secretaria criada em São Paulo, define novas propostas de atuação com as mulheres, dos quais, destacam-se os principais:

Estabelecer uma agenda de lutas transversal com as organizações feministas, no sentido de pautar as nossas reivindicações e propostas de incidências de politicas públicas para as mulheres; investir nos cursos de formação com os movimentos filiados a UMM e com as organizações de base parceiras; dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas secretarias de mulheres e produção e elaboração de materiais informativos e formativos, bem como publicações, cartas abertas e organização de manifestações popular das mulheres nas ruas no combate à violação de direitos (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p).

O principal objetivo [...] empoderar a mulher; libertá-la do medo; violência doméstica; e a mulher aprender a se ver livre das coisas que a incomodam, seu comportamento, atuação, não ficar calada e não se submeter a vontade dos outros (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p).

De acordo com Graça Xavier, em 2012, na cidade de Goiânia, foi realizado o primeiro Seminário de Mulheres da UNMP com a temática: "Mulheres construindo a cidade sem exclusão social". Para a realização deste seminário, ocorreram encontros estaduais para a realização de debates e reflexões acerca da questão de gênero, bem como, foram eleitas delegadas para participar do seminário, cuja duração foi de três dias consecutivos.

Grandes avanços ocorreram nesse sentido, entretanto, foram necessários enfrentamentos, por parte das mulheres, nos espaços do Movimento e, também, nos processos de autogestão de suas moradias; a mesma situação se reproduziu tanto para criação da Secretaria de São Paulo, como em âmbito Nacional.

A Secretaria de Mulheres da UMM demorou a ser efetivada. Nos encontros estaduais sempre havia a participação do Grupo de Mulheres reivindicando a formação da Secretaria (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p).

[...] É importante frisar que não foi fácil implementar a Secretaria de Mulheres da UNMP, várias vezes escutei lideranças falando que não era necessário ter uma secretaria de Mulheres no Movimento de Moradia, pois o Movimento deveria tratar especificamente de moradia, pois o fato de trabalhar com famílias de baixa renda não se fazia necessário o debate de temas relacionados a mulheres já que no ponto de vista dos demais para esses assuntos já existia a Central dos Movimentos Populares, porém sempre defendíamos que deveria haver um olhar diferenciado para a questão de gênero, pensando desde a incidência nas politicas públicas até o papel do feminismo na construção do direito à cidade com inclusão social (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p).

Ainda que haja uma forte representação do machismo presente na sociedade e nos espaços dos movimentos de moradia, as mulheres buscaram e ainda buscam, romper com a lógica do papel de apenas coadjuvantes e passaram a realizar suas conquistas, de maneira coletiva e solidária, pois a luta de uma é a luta de todas.

Desafios e possibilidades

Na sociedade brasileira, o machismo, bem como o preconceito, nasce das falsas consciências e ambos têm a função de manter a ordem conservadora vigente. Portanto, é fundamental que as mulheres trabalhadoras busquem olhar para além do que lhes é apresentado em seus cotidianos. Compreendendo que o machismo é estrutural na sociedade, ele se propaga, também, nos espaços dos movimentos de moradia, por isso, há necessidade de reconhecer esses elementos e combatê-los.

Em uma discussão do trabalho, levantaram a mão como se nos ameaçassem. Gritamos mais alto do que eles e os surpreendemos e aos poucos as relações foram melhorando (depoimento de Fátima Dos Santos, 2020, n.p.).

A parceria entre homens e mulheres dentro do Movimento precisa melhorar, porque ainda existe muito machismo, inclusive o velado. Nós mulheres temos um "trabalho de formiguinha" para conscientização de todos, homens e mulheres (depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p.).

Somos Movimento misto, e ao longo dos anos de militância notei que há uma grande parceira e respeito dos homens para nós Mulheres, claro que antes não era bem assim, foi preciso mostrar a eles, que estávamos ali para lutar juntos pelos mesmos objetivos e sonhos, e queríamos ser respeitadas acima de tudo (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p.).

[...] com bastante conversa eles começaram a entender, [...] tivemos muito respeito por parte dos homens (depoimento de Lucimara Do Rosário, 2020, n.p.).

Por vezes confesso aqui, falei mais alto com eles sim, mas ao mesmo tempo temos que ter um jeito de conversar, brincar e se posicionar, para que tenham confiança em nós. [...] acompanhei a obra e, de fato, tive muito contato com trabalhadores, 100% homens. No começo eu percebia que eles me olhavam como MULHER querendo entender de obra, mas ao longo do processo, eles já me escutavam mais. Sempre fui de fazer rodas de conversas com eles no meio da obra para resolver os problemas (depoimento de Julieta Abrãao, 2020, n.p.).

O homem, muitas vezes, só acredita quando ele vê a alvenaria dos prédios subindo e muitos nem assim, vejo no projeto muitas mulheres se matando de trabalhar tendo filhos adultos e esposos que nem aparecem no canteiro. Aí, depois que está tudo pronto os homens da família aparecem para querer mandar naquilo que a mulher batalhou para construir. As mulheres na autogestão, são capazes de descobrir que elas podem mais do que imaginam. São fortes e guerreiras em todos os momentos (depoimento de Leila Bomfim, 2020, n.p.).

As ideologias do machismo, em nosso cotidiano, se expressam de maneira diversa, seja no olhar, na utilização de palavras que subjugam as mulheres, seja na questão da violência, preconceito e nos diversos campos da vida social. Portanto, a pauta do feminismo na sociedade e, em especial, nos espaços dos movimentos sociais de moradia é fundamental.

Todos nós estamos sujeitos a reprodução dessas ideias, mesmo as mulheres. São formas que evitam que o indivíduo na sociedade tenha uma consciência crítica e coesa, em relação às condições sociais existentes, e das contradições da realidade, mantendo e propagando a ordem social vigente. Bell Hooks, (2015, p. 13), reforça sobre a importância dos movimentos feministas para a existência da justiça social quando diz que: "Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão."

As ideias machistas são produzidas e distribuídas, por aqueles que querem se manter no poder, por meio dos meios de comunicação e seus diversos acessos; educação; religião; e, dos costumes. Esta constatação aparece nas narrativas das mulheres participantes na UMM-SP ao relatarem sobre a relação das mulheres com o feminismo.

Muitas ainda não têm clareza do significado de feminismo. Até confundem com interesse pelo mesmo sexo. Há, também, questões religiosas. No entanto muitas, se identificaram e compreenderam o feminismo nas lutas, nos mutirões (depoimento de Fátima dos Santos, 2020, n.p)

Para mulheres que serão beneficiadas você tem a diferença entre mulheres que se sentem mais fortes, mas ainda tem aquelas mu-lheres que vão em todo processo de obra e agora que estão mudando os maridos e filhos chegam e dominam o apartamento e querem participar das reuniões com poder de decisão. [...] Temos muitas mulheres que lutaram sozinhas e na hora da mudança nem quis trazer o marido, a fala delas "lutei sozinha, entro sozinha" (depoimento de Julieta Abrãao, 2020, n.p)

Alguns anos atrás era uma relação bem conflituosa, pois eles me viam como a feminista e que se fosse cometido algum erro automaticamente seriam questionados por mim, já nos dias de hoje a relação é devidamente estável e harmônica, pois hoje o questionamento é amplo, pois somos um coletivo bem representativo de mulheres em luta construindo o direito à cidade (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p)

As mulheres sempre tiveram tripla jornada e, ainda assim, eram as que mais trabalhavam no mutirão. Houve casos em que a mulher estava separada, construiu no mutirão e depois o marido voltou e exigiu sua parte. Foi revoltante. As mulheres sempre foram fortes e arrojadas nas suas tarefas e ainda eram criticadas pelos companheiros [...]. Nem todas as mulheres do Movimento são feministas, pois as marcas sociais de origem são muito acentuadas. Muitas ainda mesmo participando das lutas dos movimentos sujeitam-se a jornadas exaustivas sem a ajuda dos companheiros, são insultadas e sofrem violência moral e física junto com os filhos. Convivem com homens viciados em álcool e drogas e têm que arcar com a parte econômica da família e educação dos filhos (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p)

Nota-se pelas narrativas, que, em diferentes espaços do Movimento, há casos em que o homem não defende a luta ou o Movimento, mas toma posse da conquista da mulher e esse dado representa as ideologias conservadoras de relação social, ou seja, a lógica de que as mulheres são inferiores aos homens e, portanto, eles podem possuir o que quiser da forma que quiser. Fato este incutido em nossa sociedade desde os primeiros tempos da colonização portuguesa quando o homem era entendido como "dono" – dono da terra, dos escravos, da mulher. É uma lógica que se propaga há centenas de anos com a mesma lógica que gera a violência contra mulher.

Em todo processo de exploração e desmobilização das trabalhadoras é importante dizer que as condições vulneráveis, que foram historicamente impostas em seus cotidianos, trouxeram, do mesmo modo, processos de enfrentamentos à cruel realidade vivenciada por elas. Por consequência é também nos espaços das contradições que as mulheres do Movimento de moradia realizam suas conquistas e ampliam as diretrizes coletivas da autogestão, fortalecendo a sua luta e os enfrentamentos diante de processos desiguais. As mulheres da UMM-SP e da UNMP buscaram ocupar, dentre outros, espaços institucionais de participação popular.

Neste sentido, de acordo com Evaniza Rodrigues (2020),

A presença das mulheres em espaços institucionais reforça a importância da participação das lideranças femininas do Movimento na construção de políticas públicas com recorte de gênero. A secretaria de mulheres incidiu na política no município de São Paulo através de um projeto, que se tornou a lei nº 13.770/2004 regulamentada pelo Decreto nº 45.987/2005, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo executivo municipal que priorizem o atendimento da mulher beneficiária dos programas de habitação de interesse social pensado e elaborado por nós pelo qual as unidades habitacionais construídas pelo Poder Público a titularidade seja em nome das mulheres.

Também tivemos uma vitória com a promulgação da Lei Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/2005), pois esta recomenda que o registro de titularidade dos imóveis produzidos com financiamento ou concedidos pelo poder público seja feito em nome da mulher.

Além disso, o Programa Minha Casa Minha Vida garantiu prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e que "os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV são formalizados, preferencialmente, em nome da mulher" e que "nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, durante o casamento ou união estável será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens adotado" .

Anteriormente não era difícil encontrar programas que priorizavam os homens nos contratos, especialmente aqueles que exigiam a comprovação de renda. Com salários menores, muitas vezes as mulheres eram consideradas apenas "dependentes" ou sequer figuravam nos contratos e muitas moradias foram vendidas sem nenhuma anuência das mulheres. A alteração legal deu mais segurança à permanência da mulher na moradia, nos casos de dissolução do casamento ou união estável, bem como da decisão sobre o destino dessa moradia.

Ou seja, essas conquistas não apenas incidiram na mudança de mentalidade acerca da propriedade da casa, como no próprio Código Civil, dando o protagonismo merecido às mulheres na conquista da moradia.

Além disso, travou-se uma luta para ampliar a representatividade das mulheres nos espaços de representação do movimento:

Uma das primeiras reflexões e intervenções da Secretaria de Mulheres da UNMP, refere-se à composição dos Conselhos das Cidades. Foi ali que percebemos que no Conselho Nacional das Cidades a grande maioria eram homens na titularidade e as mulheres na suplência. [...] logo percebemos a mudança no processo de eleição no Conselho das Cidades a UNMP que foi a primeira organização que elegeu o maior número de mulheres para sua composição (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p)

De acordo com Graça Xavier, há a premissa de que as mulheres devem estar em todos os espaços de tomada de decisão e, portanto, nos espaços dos conselhos - municipais, estaduais e federal - é fundamental garantir a sua representatividade. É responsabilidade da Secretaria organizar as agendas de lutas e investimento nos cursos de formação com os movimentos filiados à UNMP. Dessa maneira, as mulheres seguem ampliando o debate e propagando seus ideais.

As mulheres têm uma participação significativa desde a criação das comunidades eclesiais de base, nos debates dos orçamentos participativos, [...] nos conselhos municipais, estaduais e nacional participando ativamente das preparações e das Conferências das Cidades na elaboração de propostas de PL'S – Projetos de Leis, exemplo: Projeto de Lei da Titularidade da casa em nome da mulher no município de São Paulo que foi elaborado por nós com parcerias com outras organizações [...]. Atualmente, mantemos todas as nossas metas estabilizadas e respeitadas de uma forma muito mais organizada, pois nossos meios de comunicação são mais diversificados, com isso ampliamos as articulações com as redes nacional e internacional (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p).

Além do supracitado, as mulheres participantes na Secretaria das Mulheres da UNMP, contribuem em publicações de livros com temáticas específicas à questão de gênero e moradia. Além disso, colaboram para a elaboração de dossiês que tratam da violação de direitos; abrem canais para denúncias contra qualquer tipo de violência e realizam articulações internacionais e com redes de atendimento.

De acordo com o depoimento de Graça Xavier (2020, n.p.), a Secretaria atua também com a elaboração de projetos sociais que são oferecidas às entidades e agências de fomento que financiam "seminários e cursos de formação para diversas regiões do estado de São Paulo e três regiões do Brasil: Norte, Nordeste e Sudeste".

Convidamos as mulheres de cada Movimento para participar das reuniões mensais, na construção do Ato do Dia Internacional das Mulheres e na formação das pautas diversas [...]. As nossas principais atividades são: reuniões mensais, hoje sendo virtuais ou lives respeitando o isolamento social e principalmente a vida das nossas companheiras; participamos todos os anos da Atividade do Dia Internacional das Mulheres articulado com os outros Fóruns; participamos da Marcha das Margaridas; as rodas de conversa com as entidades filiadas a UMM desde as regiões e macros, discutindo a cidade que queremos sem qualquer tipo de violência (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p.).

Hoje somos a maioria de mulheres na direção da UMM-SP e após 30 anos chegamos a 65% na coordenação da UNMP e isso só foi possível graças à insistência da construção da Secretaria de Mulheres, investindo nos debates e na formação de forma coletiva entre mulheres e homens (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p.).

A Secretaria veio para agregar [...] foi uma coisa muito boa porque deu muito mais empoderamento para nós, mulheres, e principalmente as nossas companheiras da ULCM, Movimento que eu milito, porque a ULCM é um filho que a gente ajudou a colocar no mundo. Fico feliz de ver o quanto a Secretaria vem ajudando bastante nessa questão de gênero (depoimento de Maria dos Anjos, 2020, n.p.).

A Secretaria é, portanto, um espaço de grande aprendizagem, pois permite que as mulheres reconheçam suas lutas e que outras mulheres, participantes do Movimento, se apoiem de forma igualitária. Atua como uma possibilidade de ampliar o olhar para a construção social; de luta por direitos; de luta por igualdade e que proporciona o acolhimento a todas as mulheres, por meio da consciência política das trabalhadoras pois,

> *Com certeza a articulação das mulheres dentro do Movimento significa um avanço para a conscientização de um significativo número de mulheres participantes, pois elas começam a perceber os frutos de sua tomada de posição dentro da sociedade, exigindo e cobrando seus direitos como mulher e indivíduo social (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p.).*

Nas lutas populares e em todos os espaços, portanto, a questão do feminismo deve ser abordada, uma vez que a participação das mulheres tem de ser fomentada, respeitada e garantida com reconhecimento ao seu protagonismo.

Conforme Graça Xavier (2020, n.p.), quando a Secretaria das Mulheres estava se formando, as mulheres pesquisaram o perfil de várias mulheres feministas negras que combatiam o racismo e "escolhemos um símbolo de luta a Angela Davis, pois ela tinha visibilidade e defendia o direito de igualdade para as mulheres, em especial as mulheres negras".

Lembramos que Angela Davis, em seu livro "Mulheres, Raça e classe" publicado em 1981, traduzido no Brasil apenas em 2016, explicita sobre as condições desiguais dos direitos da mulher branca e da mulher negra nos Estados Unidos frente as diferentes realidades vividas, demonstrando as estruturas de poder. Aponta a ideia de interseccionalidade – sistemas relacionados a dominação, discriminação e opressão – relacionados à gênero, raça e classe, conceitos que refletem a desigualdade estrutural da sociedade brasileira.

A imagem da ativista Angela Davis representa a Secretaria da Mulheres, nas bandeiras, camisetas, botons e tudo mais, por sua trajetória de vida que desde o início dos anos de 1960, a autora luta pelos ideais feministas das mulheres negras.

Nesse diálogo, que também se refere a protagonismo, capacidade de escuta e lugar de fala, façamo-nos as perguntas: Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? [...]. Como herdeiras desse patrimônio ancestral, temos o compromisso de conferir visibilidade às histórias de glória e criatividade que carregamos. Esse turning point nas nossas narrativas relaciona-se com a principal pauta do feminismo negro: o ato de restituir humanidades negadas (XAVIER, 2017, n.p.).

A Contribuição da UMM-SP e a autogestão para a Secretaria de Mulheres: as protagonistas e a construção da consciência de classe

As contribuições dos Movimentos, e suas lideranças, possibilitam aos participantes a apreensão de elementos que os fazem avançar dentro e fora de seus espaços. É por meio da participação popular, formação e organização política que as participantes na UMM-SP e UNMP têm a possibilidade de olhar para sua realidade na sociedade e, dessa maneira, saber reconhecer os elementos que ocultam as relações sociais de trabalho e suas manobras para explorar a classe trabalhadora.

Essas relações colocam a mulher em situação vulnerável com intenções veladas. Neste sentido, a consciência de classe contribui para que essas mulheres tenham a percepção do próprio papel na sociedade e nas transformações sociais.

As principais mudanças em minha vida foram: conhecer a constituição brasileira e os direitos humanos, que são a base da vida. Não adianta ser cidadão e não conhecer os direitos essenciais: habitação, saúde, educação, exporte lazer, etc. Mas também aprendi que para ter direitos, devemos lutar para conquistá-los e continuar trabalhando para não perdê-los (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p.).

Somos Movimento de Mulheres que lutam por seus direitos, principalmente de decidirem seu destino, seu lugar na sociedade, suas convicções, seus afetos, sua vida, enfim, como deve ser para qualquer ser humano (depoimento de Fátima dos Santos, 2020, n.p.).

As mulheres do Movimento de Moradia são sim feministas. Eu entendo como feminismo a mulher lutar por igualdade, respeito e parceria (depoimento de Leila Bomfim, 2020, n.p.).

Todas nós mulheres que entramos no Movimento de Moradia nos tornamos feministas quando conhecemos as mulheres com empoderamento. Elas têm opinião própria, estão juntas na luta pelos seus direitos e nas coisas que acreditam e defendem (depoimento de Rose Queiroz, 2020, n.p.).

Quando as mulheres entram no Movimento de Moradia, não sabem que elas são feministas, por este motivo que a Secretaria de Mulheres tem um papel importante de mostrar a elas, que somos feministas sim, até porque através da nossa participação constante, lutamos pelos nossos direitos e nas coisas que acreditamos. (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p).

Ter consciência que os direitos são iguais hoje às relações e melhor com os Homens as mulheres são a maioria nos movimentos de moradia e tem muito mais a contribuir (depoimento de Maria dos Anjos, 2020, n.p).

O feminismo para mim, é um conjunto de ampliação do papel das mulheres na sociedade, e um Movimento político e sociais com o direito do poder e da libertação, eu vejo uma parceria de igualdade e respeito no Movimento (depoimento de Lucimara do Rosário, 2020, n.p.).

Eu acredito que a grande maioria das mulheres que compõem as secretarias são feministas. Entendo como feminismo as mulheres que lutam por direitos iguais, pois a própria palavra feminismo significa o aprimoramento do papel e dos direitos das mulheres na sociedade. Feminismo é um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológica e filosofias que tem como objetivo comum: direitos iguais e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino e da libertação de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p.).

Somo feministas SIM, desde o momento que conhecemos nossos direitos e lutamos por eles, educamos outras mulheres para também ser cidadãs de direito. ***Feminismo, é movimento social que luta pela igualdade de condições de vida entre os homens e as mulheres, no sentido de que ambos tenham as mesmas oportunidades e direitos****. Sabendo que as mulheres, são maioria no Movimento, os homens nos respeitam e nos admiram (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p).*

As narrativas das próprias participantes indicam resultados para além da conquista da moradia, demonstram que o Movimento de Moradia fortalece o conhecimento, oferece um leque de possibilidades por meio de sua organização política, de forma que muitas mulheres, após conquistarem suas moradias, realizam reflexões sobre seus próprios processos e o quanto estar neste espaço lhes possibilitou uma nova visão de mundo.

Eu era uma simples militante e não tinha profundos conhecimentos técnicos ou sobre teoria política e sim a prática da coordenação de um mutirão de 200 unidades, onde a maioria eram mulheres, mães e chefes de família. Com isso, fui me aprofundando nas discussões dos problemas sociais, a cada dia, e fui para a coordenação da UMM que contribuiu muito para minha vida e formação política (depoimento de Fátima dos Santos, 2020, n.p.).

A nossa participação no processo de autogestão "de nós mulheres" contribuiu pra nosso empoderamento [...]. Para mim, Olga, Movimento de moradia é a maior escola cívica do País. Se você gosta de participar só tem a ganhar, pois terá a possibilidade de ser um cidadão de direitos. Tudo isto facilitou minha vida e devo um grande agradecimento a Associação de Moradia da Região Sudeste e UMM, pois me deram a oportunidade de conhecer outros movimentos a nível internacional e nacional, como também me apoiaram para representá-los em: Conselhos municipais; Conselho Criança e Adolescente; Conselho da Saúde; Conselho do Idoso e Conselho supervisão técnica da região do Ipiranga (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p.).

Com certeza o processo de autogestão é decisivo para a tomada de consciência por parte das mulheres porque elas passam a ser protagonistas nas lutas pela conquista da moradia, na sua administração e tomada de decisões. Além disso aprendem a fazer cálculos pois tem de controlar desde o seu cartão de presença, até em alguns casos da própria administração da obra, controle de qualidade do material, da administração da creche, a tomada de decisões coletivas junto com os homens de igual para igual. Além de aprenderem a assentar tijolos, ajudar na cozinha, e outras tarefas da obra (depoimento de Cida Tijiwa, 2020, n.p.).

Comecei a descobrir a necessidade da organização, da luta e da consciência política (depoimento de Julieta Abrãao, 2020, n.p.).

Tive a oportunidade de participar de vários cursos de formação e capacitação, visitei alguns países em encontros latino-americanos no Chile, Uruguai e Argentina, também em outros Estados, Salvador, Minas Gerais, Porto Alegre, Curitiba, Pernambuco, Belém do Para, Manaus, Sergipe, Brasília, Goiás etc. [...]. Já participei de várias oficinas e também já fiz oficinas com lideranças do Movimento. Na minha visão nós mulheres da UMM somos feministas por lutar pelos nossos direitos. (depoimento de Verinha, 2020, n.p.).

O processo de transformações inicial na minha vida foi minha entrada no Movimento de Moradia Leste 1, depois a minha participação nos cursos de formação que ocupa um lugar especial em minha vida. Porque até então eu sabia muito pouco sobre direitos. Hoje guardo comigo muito conhecimentos adquiridos em reflexões, experiências e aprendizados e com estas valiosas informações percebi que eu poderia conquistar outros sonhos pessoais e profissionais. [...] com esta necessidade de conquista consegui a minha casa e minha liberdade com autonomia total para reconstruir a minha vida, trabalhar com dignidade. Retornar aos meus estudos ingressando na Universidade, e com um diploma ter oportunidade de trabalhar na área da assistência social e ajudar outras pessoas que assim como eu um dia precisei construir minha casa e recomeçar a construir minha vida (depoimento de Rose Queiroz, 2020, n.p.).

A luta me trouxe o que de melhor poderia haver, consciência de classe. [...] as mulheres que estão lutando por direitos iguais, e por políticas públicas, precisam se impor, então são sim feministas. ***Feminismo é um movimento que luta por direitos iguais entre homens e mulheres, luta contra a violência de gênero, por políticas públicas para as mulheres e pelo empoderamento da mulher diante a sociedade*** *(depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p.).*

Neste decorrer de militância comecei a participar do grupo de Mulheres da UMM, e entender a luta das Mulheres contra o Machismo, e na defesa do Feminismo. A mulher no seu protagonismo tem o papel importante na Sociedade Capitalista e Machista [...]. Na Secretaria de Mulheres da UMM, que hoje eu tenho orgulho de participar, conseguimos discutir nas rodas de conversas sobre o papel da Mulher, a luta contra desigualdade e contra qualquer violência, é importante dizer que através deste espaço, conseguimos dialogar e entender que todas somos capazes, é neste espaço que conseguimos compreender que não tem ninguém melhor ou pior. Ninguém é tão inteligente, ou menos. Cada uma tem o seu tempo e espaço de história. (depoimento de Mariza Dutra, 2020, n.p.).

Naquela época eu simplesmente era uma participante das reuniões sendo eleita no mesmo ano como membro deste grupo executivo até esse momento era considerada como base não como dirigente, logo não podendo expor meus pensamentos. Por outro lado, os conjuntos habitacionais eram bem dialogados com todos os membros das associações foi assim que me dei conta que poderíamos investir na formação das mulheres durante a construção de suas casas [...]. Foi durante o processo de construção de nossas casas que aprendi muito não somente a construir a moradia através de mutirão e autogestão, mas trabalhar coletivamente de forma não só a construção da casa, mas pensar na comunidade. [...] consegui perder a timidez e enfrentar diretamente debatendo de igual para igual com meus companheiros e companheiras de forma a incentivar as minhas colegas a vir juntas rompendo e quebrando barreiras na UMM-SP (depoimento de Graça Xavier, 2020, n.p.).

Hoje a gente pode dizer que temos um quadro de mulheres bem atuantes e conscientes porque é uma questão que a Secretaria ajuda muito [...] e nós temos mais voz (depoimento de Maria dos Anjos, 2020, n.p.).

Pode-se afirmar, ainda, que a continuidade nos espaços do Movimento de Moradia, seja por meio da Secretaria de Mulheres ou por outras ações, é um resultado bastante positivo das ações coletivas em processos de autogestão.

Depois de toda essa jornada de luta, decidi continuar ajudando outras mulheres que passam por todas as dificuldades que passei e venho, continuamente, me somando à luta pelo direito a cidade; pela diminuição da desigualdade social e pelo direito das mulheres (depoimento de Fátima dos Santos, 2020, n.p.).

O dia-a-dia no Movimento, o trabalho ao lado de grandes e corajosas mulheres, me impulsionaram e me encorajaram a continuar na luta (depoimento de Neuma Silva, 2020, n.p.).

Conquistei minha moradia em 1999, são tantas mudanças, empoderamento enquanto pessoa, a melhora na qualidade de vida, o espaço familiar mais estruturado, e a certeza que já que consegui a moradia agora podemos cobrar mais direitos, como saúde, educação, transporte, etc. (depoimento de Julieta Abrãao, 2020, n.p.).

Descortina-se, nas narrativas das MULHERES, que a sororidade e solidariedade nas organizações dos espaços de luta e a Secretaria das Mulheres, possibilitaram a formação cidadã para maior inserção no espaço público e político. Djamila Ribeiro (2019) aponta que o "Lugar de Fala" da mulher é necessário para defender seus direitos, saindo do espaço privado em busca da esfera pública para as decisões da produção da cidade e ocupando os espaços de lideranças e governança urbana.

Por fim, a contribuição dos processos autogestionários e do trabalho coletivo da UMM-SP e UNMP para as mulheres é a herança de luta; de trabalho politizado; de desejos e expectativas de uma pela outra; e, de sonhos políticos realistas na contramão do sonho mistificado. É a herança da organização que favorece os processos de tomada de consciência.

A contribuição das representantes da Secretaria de Mulheres da UMM-SP e UNMP, dentre outros elementos, relaciona-se ao fornecimento de subsídios que possibilite desvendar a realidade, a consciência política, as ações críticas e a sociabilidade coletiva.

Mulher empoderada, conhece seus direitos e sabe colocá-los em prática, se valoriza e, por esta razão, sempre estará feliz para trabalhar e seu convívio no Movimento será melhor (depoimento de Olga Quiroga, 2020, n.p.).

MULHERES EM LUTA
UNIÃO
ULCM

TRAJETÓRIAS DE LUTA: A HISTÓRIA DE UMA É A HISTÓRIA DE MUITAS.

A trajetória de doze mulheres da UMM-SP apresentadas neste trabalho, por meio de narrativas, indica a presença da organização coletiva na perspectiva do feminismo e da luta por direitos nos espaços da Secretaria das Mulheres. As reflexões apresentadas nesta revista, possibilitaram identificar elementos, nas suas histórias de vida, que se relacionam com a memória e a História. Não foi, porém, uma tarefa fácil, pois "é uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes" (MARTINELLI, 2015, p. 8).

As protagonistas das histórias de vida e de luta são apresentadas, a seguir, com seu nome e fotografia, nome do Movimento ao qual pertence, tempo de participação, acrescido de um depoimento final para estimular outras mulheres a terem voz por seus direitos.

JULIETA ABRAÃO

Movimento - Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste / Noroeste.

Tempo de participação no movimento - 30 anos

"[...] Irmã Clara e Irmã Vanete foram as duas mulheres que mudaram o rumo de várias famílias na Casa Verde, Brasilândia e Cachoeirinha. Vim da base da igreja para o Movimento Popular. Também o então Vereador á época Henrique Pacheco. Tenho 3 filhos e nas reuniões dos grupos de base quem participava mais era eu, porque meu marido naquela época trabalhava em um restaurante à noite, como nossas reuniões eram nesse horário então ficou comigo para acompanhar. Quando iniciou a obra, nós combinamos que ele ia para obra e eu cuidava da casa e das crianças, nós íamos nas reuniões semanais. Quando faltavam 8 meses para encerrar a obra, me pediram que fosse na obra para ajudar a finalizar a processo de participação das famílias, nunca mais saí da obra, foram 8 meses de segunda a segunda [...]. Estou coordenando a obra "Barra do Jacaré", com 592 unidades habitacionais, em processo autogestionário, o primeiro enfrentamento para mim, mulher, com ensino médio, coordenar uma obra de quase 70 milhões de reais".

LEILA DA SILVA BOMFIM

Movimento - Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste / Noroeste.

Tempo de participação no movimento - 17 anos

"Na época eu nem acreditava no Movimento. Depois que eu entrei no Movimento de moradia, demorou um pouco para eu interagir, mas graças a Deus tive grande influência no Movimento. No grupo de base meus primeiros influenciadores foram Abraão e Nicilda depois vieram Elenice, Edson, Rosana, Zequinha e, por último, a Vera e todos me influenciaram muito [...]. Trabalho no mutirão e participo do CRE, fora outras atividades dentro do Movimento. Já fiz de tudo um pouco aqui no projeto, carreguei bloco, carpi, fiz dreno, limpeza e por aí vai. Para mim até hoje é muito difícil o papel que exerço são muitas decisões e muita responsabilidade [...]. Aprendi a ser mais comunicativa e participativa, aprendi a debater e estar mais engajada com a política e com o que acontece no meu entorno".

LUCIMARA DO ROSÁRIO SANTOS

Movimento - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Leste 1; Ex coordenadora do 1º mutirão do Funaps Comunitário; Ex-coordenadora executiva da Leste 1; Ex-membro da Coordenação Nacional da UNMP.

"As pessoas me que me levaram a acreditar e ter a consciência que eu podia ter uma casa foram Rita de Ângelos e o Padre Ticão [...]. Dentro do Movimento de moradia comecei a ver a minha vida de outra forma diferente até porque eu era uma mulher separada e com uma filha pra criar e, ali naquele Movimento, eu tinha respeito, dignidade e esperança; e o futuro de ter uma moradia com dignidade. Hoje já conquistei a moradia e a minha mudança foi eu ter um lar para poder criar meus filhos, a minha esperança de que todas as famílias conquistem a sua moradia".

MARIA APARECIDA TIJIWA

Movimento - Coordenadora da UMM SP por Diadema

Tempo de participação no movimento - 42 anos

"Meu marido na época militava na Oposição Sindical e eu trabalhava com movimentos de favelas no Jd. São Savério [...]. Quando entrei no Movimento eu já tinha moradia. Como militante das CEBS e dos movimentos de resistência à ditadura militar e suas sequelas ajudava as outras pessoas sem moradia a conquistar o seu bem e conscientizá-las sobre seus direitos fundamentais. Minha vida mudou porque não tinha mais tempo para nada, muitas vezes sacrificando a família. Fui coordenadora da Associação de Construção Comunitária de Diadema, uma das contempladas no programa PROHAP Comunidades, o primeiro programa do Governo Federal para construção em mutirão e autogestão. Foi também o primeiro mutirão de prédios em autogestão do Brasil, fruto da luta da UMM-SP e suas caravanas para Brasília".

MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER

Movimento - Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior, União Nacional por Moradia Popular e Rede Mulher e Habitat América Latina e Caribe; Empreendedora Social Ashoka ; Vice Presidenta do Condepe.

Tempo de participação no movimento - 34 anos

"Iniciei minha participação no Movimento de Moradia da Região Sudeste no ano de 1986, na época pagava aluguel com muita dificuldade, pois o valor era bem significativo e eu precisava morar e comer. Teve um tempo que nem com a unificação da minha renda e do meu companheiro na época isso estava sendo possível. [...] minha influência foi a Sonia Regina Vieira que me contou como sua mãe havia conquistado sua moradia e onde aconteciam as reuniões, assim iniciei minha participação no Jardim Maria Estela, onde residia de aluguel naquela época. As reuniões ocorriam no salão comunitário da Igreja Nossa Senhora de Fátima [...] eram ministradas por uma advogada do grupo AJUS - Associação Jurídico Social - cujo nome da mesma é Maria Vitória Queija Alvar mais conhecida como Vitória. Quando estive na primeira reunião me encantei pela sua forma de posicionamento e como explicava o que era necessário fazermos para a conquistarmos nossa moradia, [...]. Ainda temos muito que continuar insistindo nos estados para avançarmos nesta construção por uma sociedade justa e igualitária para que seja possível um país com mais respeito às mulheres não vistas como base, mas como necessárias na evolução".

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

Movimento - Coordenadora do Movimento de Moradia da Região Sudeste; coordenadora executiva da UMM-SP e coordenadora da Secretaria de Mulheres da UMM-SP

Tempo de participação no movimento - 28 anos

"Conquistei minha moradia no dia 9 de julho de 2003 e, posteriormente, a faculdade de graduação em Direito. Aos poucos, fui tornando minha casa um espaço mais aconchegante, enquanto me dedicava a educação de minha filha, sem deixar o Movimento [...]. Não deixei de lutar no Movimento, por isso minha esperança é de que outras famílias também conquistem o direito a uma moradia e uma vida digna, sem esperar que projetos com previsão de obra de 1 ano e 8 meses, levem 13 anos para serem concluídos. Que possamos ter governantes com sensibilidade e senso de justiça, principalmente com os mais necessitados".

MARIA DOS ANJOS BRÁS DOS SANTOS

Movimento - Unificação de Luta dos Cortiços e Moradia- ULCM

Tempo de participação no movimento - 33 anos

"Quem me levou pra o Movimento foi o Luiz Kohara do Centro Gaspar Garcia. Me senti mais forte para luta. [...] Eu estou desde a fundação da ULCM. Aí foi fundada a União e a ULC começou a participar também da União. [...] foi muito bom a questão da União porque ajudou o Movimento a crescer bastante e a gente também. Conquistei a minha moradia em 2004 e comprei por carta de crédito da CDHU em um programa de cortiço, porque eu sou uma ex-moradora de cortiço. [...] estou há 16 ou 17 anos com a minha moradia[...]".

MARIZA DUTRA ALVES

Movimento - Coordenadora executiva no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Leste 1; Coordenadora executiva do Mutirão Unidos Venceremos; Coordenadora executiva da UMM-SP e Coodenadora Estadual da Secretaria das Mulheres; Conselheira do CMH.

Tempo de participação no movimento - 22 anos

"Faço parte da coordenação executiva financeira da UMM, da coordenação executiva da Leste 1 e da Secretaria das Mulheres Estadual UMM. [...] Neste tempo de participação no MUTIRÃO descobri, que construímos melhores Moradias e principalmente construímos CIDADANIA. [...] o Movimento traz este universo de ideias, e aprendizado. Aprendi, que através da minha Militância, sou uma outra Mulher. [...] Fui convidada por um amigo e vizinho que já fazia parte e já estava na luta pela construção da sua moradia. Na época eu pagava aluguel, e morava em 2 cômodos com os meus 5 filhos. [...] Moradia é direto de tod@s. Na época o Movimento Estrela do Carmo estava construindo pelo programa do Estado com o Governador Mário Covas 200 Unidades Habitacionais, e a regra era que se constituíam 200 Suplentes, pois bem eu era umas delas. [...] Enfim continuamos lutando com a força do Movimento Sem Terra Leste 1 e com a UMM-SP, mesmo trabalhando todos os dias de diarista, não deixava de participar das instâncias da Leste1, foi assim que me convidaram para ser umas das representantes do Unidos Venceremos na coordenação, e diante de tudo isso, compreendi a importância da minha para o crescimento enquanto pessoa e Mulher. [...] Sabemos que há vários desafios ainda para conquistarmos, porém seguiremos sempre em frente, participando dos espaços participativos".

NEUMA SILVA DE OLIVEIRA CRUZ

Movimento - Movimento de Moradia do Centro-MMC

Tempo de participação no movimento - 30 anos

"Iniciei no Movimento na década de 80 através do convite de uma colega, para participar de uma reunião de moradia. [...] comecei a frequentar as reuniões mensalmente e participar de todas as atividades [...]. A princípio, a intenção era apenas conquistar a tão sonhada casa própria, todavia as reuniões e os atos foram abrindo meus horizontes, e me fazendo enxergar a necessidade por luta que englobasse todo o social, que alcançasse todas as cidadãs e cidadãos, em todos os aspectos [...]. Em 2002 recebi as chaves do primeiro empreendimento popular - PAR reforma, no centro de São Paulo conquistado com muita luta pelo Movimento social, no qual participo até hoje: Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo (MMC). Naquele momento, um sonho foi realizado eu iria pagar a "minha casa" e inevitavelmente a lembrança do pagamento do "alugueis" sobreveio, pois agora, não iria contribuir para o enriquecer proprietário tão pouco cruel e atravessador. A palavra dignidade começou a fazer sentido".

OLGA LUISA LEÓN DE QUIROGA

Movimento - Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste e Grupo de Articulação para Moradia do Idoso na Capital (GARMIC)

Tempo de participação no movimento - 34 anos

"Entrei na Associação de Movimento de Moradia da Região Sudeste em junho de 1986, grupo de base do Ipiranga, as reuniões eram feitas na Igreja Nossa Senhora das Dores, na rua Tabor. Não fui atrás de moradia, na época precisava de leite para minha primeira neta, pois sua mãe não podia amamentá-la e no Movimento de moradia, eles distribuíam "ticket de leite" aos participantes. Na época morávamos de aluguel e aproveitei e fiz minha inscrição e a de meus 4 filhos. Me adaptei com facilidade, pois fomos muito bem recebidos, não existia diferença entre os "recém-chegados" e os já associados. Para mim se iniciou uma nova fase na vida, os coordenadores do grupo Sra. Shirlei Zerbinatto e Sra. Maria das Dores, nos tratavam a todos igualmente, sem discriminação, nos deixando a vontade para nos expressar. Outra coisa que me impactou, foi saber que tudo o que faziam era trabalho voluntário, sem remuneração [...]. Conquistei minha moradia através do mutirão. A prefeitura colocou o terreno e o material e nos "associados" fomos a mão de obra, trabalhando nos fins de semana, todos juntos em união e harmonia, sem saber qual seria nossa moradia. Isto que faz e fez a diferença, que tudo depende de nossa organização, dedicação e esforço. Não existe alegria maior do que deixar de pagar aluguel, dinheiro jogado fora! Deitar e dormir tranquila e saber que sua família terá um domicílio fixo. [...] Para mim tudo foi muito bom, ótimo, pois quando existe respeito entre ambas as partes tudo dá certo. Conheci pessoas que não se pode esquecer, Maria de Fátima Santos, foi a coordenadora do mutirão, exigente, mas sabia comandar, uma mulher simples dedicada com muita iniciativa, hoje uma grande amiga. O engenheiro Jaime Barnamom, Colombiano, que muito nos ensinou e nos ajudou no nosso trabalho. Os coordenadores dos grupos, não podem ser esquecidos, sempre presentes ajudando e incentivando para que não desistíssemos".

ROSEANE MARIA DE QUEIROZ

Movimento - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Leste 1; Ex-coordenadora do mutirão Paulo Freire; Ex-coordenadora executiva do movimento Leste 1.

Tempo de participação no movimento - 22 anos

"eu passava por problemas pessoais, financeiros, pagava aluguel e estava desempregada [...]. E uma senhora chamada Dona Hilza, hoje falecida, apesar de não fazer parte da liderança me inspirou a participar da luta e realizar meus sonhos! Após dois anos fomos juntas construir nossa moradia. A primeira liderança que conheci foi Evaniza Rodrigues na sede da Leste 1 em São Mateus na minha primeira formação de lideranças, com discussão sobre as políticas publicas e políticas de habitação. [...] participei ativamente na obra no processo da construção por meio de mutirão com autogestão! Uma experiência que provocou mudanças significativas na minha vida como mutirante, principalmente no desempenho do trabalho que foram iguais sem distinção de qualquer natureza entre homens e mulheres".

VERA EUNICE DA SILVA

Movimento - Movimento de Moradia da Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste / Noroeste.

Tempo de participação no movimento - 30 anos

"Comecei a trabalhar com 12 anos em casa de família e aos finais de semana ajudava minha mãe e ia para a igreja (católica), mesmo assim aos 15 anos conclui o ensino Fundamental [...]. Aos 20 anos me casei, em 1988, e tive meu primeiro filho (Pedro Henrique) em 1989, sendo que em 1990 me separei. A partir daí me veio a responsabilidade de ser mãe e pai (Mulher chefe de família). [...] Hoje moro em um Conjunto da CDHU de 1996 que foi feito em mutirão (época que nós fazíamos desde a fundação até o telhado, trabalhando todos sábados e domingos). A maioria das famílias eram mulheres inclusive na coordenação. Naquela época eu já tinha muito gosto de tocar obra e projetos, pois meu pai sempre trabalhou em obras. E eu peguei gosto em ajudar as famílias carentes do Movimento [...] Minha esperança para futuro é que um dia, de fato, a autogestão não seja programa de Governo e sim uma lei, pois é uma forma das famílias conseguirem uma moradia Digna e com acúmulos de formação [...]. Prova disso é o maior projeto de autogestão da UMM o Alexios Jafet, com 1104 apartamentos, que está em construção com 68% o lote C e 64% o lote D. Sendo 400 Apartamentos da Associação Noroeste coordenada por mim, Leila, Kely, Nalva Márcia, Marlene, Aline, Marcos, Iromarques, [...] Edson e Zequinha; AHD (Associação de Habitação com Dignidade) 300 apartamentos, Erica e Lucia que são as coordenadoras; e, Anjos da Paz da Vila Santista (404 apartamentos) Terezinha e Kelly que são as coordenadoras".

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Julieta. Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

ALVEZ, Mariza Dutra (Mariza Dutra). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

BOMFIM, Leila da Silva. Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Tradução Heci Regina Candiane. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio, 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LEÓN, Olga Luisa Queiroga (Olga Queiroga). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

MARTINELLI, Maria Lucia. A história oral: o exercício democrático da palavra. Texto didático. São Paulo: PUC, 2015.

OLIVEIRA, Neuma Silva de (Neuma Silva). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

QUEIROZ, Roseane Maria de (Rose Queiroz). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

SANTOS, Lucimara do Rosário. Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

SANTOS, Maria de Fátima dos (Fátima dos Santos). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

SANTOS, Maria dos Anjos Brás dos (Maria dos Anjos). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov.2020.

SILVA, Vera Eunice da (Verinha). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

TIJIWA, Maria Aparecida (Cida Tijiwa). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

XAVIER. Giovana. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. Folha de São Paulo, 19 jul. 2017. Disponível em: https://bit.ly/3nAPpuA. Acesso em: 05 nov. 2020.

XAVIER, Maria das Graças de Jesus (Graça Xavier). Depoimento concedido às autoras e colaboradoras. São Paulo, set./nov., 2020.

COORDENAÇÃO UNMP E UMM-SP

São Paulo
José de Abraão
Maria das Graças de Jesus Xavier
Sidnei Antônio Euzébio Pita

Alagoas
Maria Jose Alves da Silva
Maria Jose da Conceição da Hora

Amazonas
Cristiane Amaral Sales Telles
Maria Carmencita Pinto Almeida

Bahia
Marli Carrara Vergezegnassi
Matilde Oliveira dos Santos

Goiás
Simone Inocência Teixeira
Marcio Antônio Teodoro

Maranhão
José Raimundo Trindade
Osmundo Neves

Minas Gerais
Whelton Pimentel de Freitas
Usânia Gomes

Pará
Paulo Afonso Caldeira dos Santos
Joel Resende de Oliveira

Paraíba
Alberto Freire da Silva
Josélia Silvia dos Santos

Paraná
Maria das Graças Silva de Souza
Agnaldo Júnior

Pernambuco
Lidia Brunes da Silva de Souza
Ana Paula da Silva

Rio de Janeiro
Jurema da Silva Constâncio
Felipe Nin

Sergipe
Jussara da Cunha Barbosa Silva

Tocantins
Adelmário Alves dos Santos Jorge
Raimundo Silva de Oliveira

União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior

Coordenação Executiva

Donizete Fernandes
Maria das Graças de Jesus Xavier
Sidnei Pita
Mariza Dutra Alves
Marta Pereira de Araújo
Marilene Ribeiro de Souza
Maria Aparecida Mattos
Vani Poletti
Maria de Fátima dos Santos
Marcia Aparecida S. Falcão Teles
José de Jesus Ferreira da Silva
Cristiane Gomes Lima
Vera Lúcia M. Lima
Neuma Silva de O. Cruz
Vagner Ricardo Perri Camarotto

01

02

03

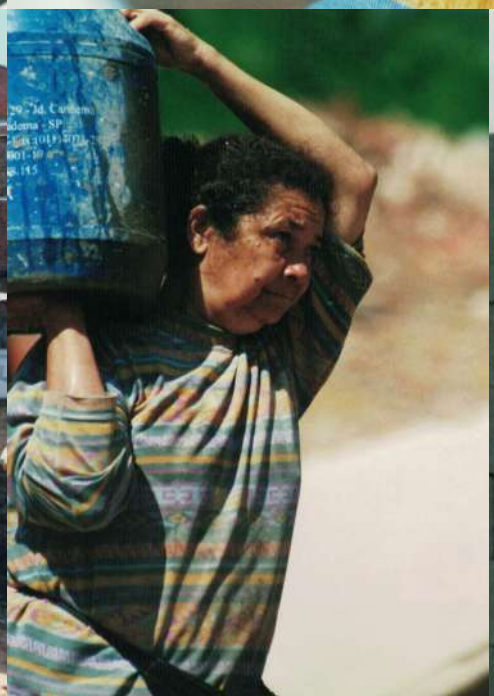
04

As lutas e as conquistas das mulheres participantes na UMM-SP, abrem caminhos para a transformação social e o avanço no direito de morar com qualidade de vida. Apresentamos mais alguns exemplos de conquistas no âmbito do direito a moradia.

01- Projeto Rosa Park e Zilda Arnes
02- Projeto Condomínio Iracema Euzébio
03- Projeto Condomínio Vitória
04- Projeto Condomínio Dandara

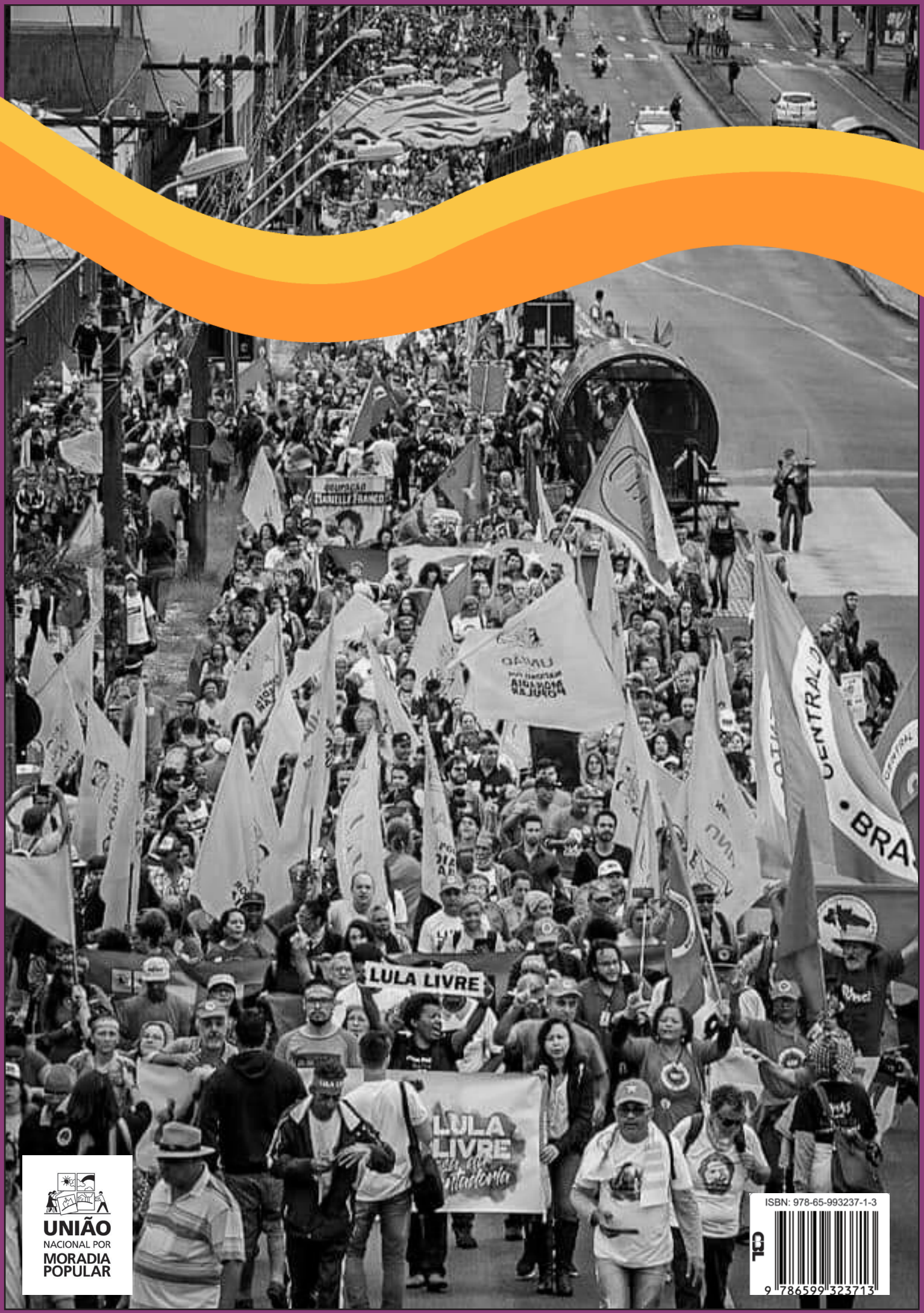
CALLEGARI
4040

LULA



Apoio:

Dezembro/2020



UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR

ISBN: 978-65-993237-1-3